

CORPOS DISSIDENTES NA ESCOLA: ENTRELAÇAMENTOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO GRUPO CALEIDOSCÓPIO

Eixo Temático ET 14 - Expressões de Gênero e Sexualidades na Escola

Marco Antônio Torres ¹
Edgar de Barros Santos ²
Leandro Andrade Henriques ³
Rubens Gonzaga Modesto ⁴

RESUMO

O grupo de pesquisa Caleidoscópio (vinculado à Universidade Federal de Ouro Preto) reuniu nos últimos dez anos pesquisadores e pesquisadoras que realizaram estudos relacionados à temática de Sexualidades e Gênero. No intuito de se discutir e refletir sobre as questões de sexualidades na escola, foram selecionados os estudos de Saraiva (2019) e Lara (2016) que exploraram tal temática em suas pesquisas. Com base nos resultados apontados por tais autoras e autores, alguns entrelaçamentos serão apresentados neste resumo, articulando-os com estudos e perspectivas teóricas de Jeffrey Weeks, Judith Butler e Cláudia Vianna que sustentam um alinhamento em relação a existência de matrizes hegemônicas que vão conduzir corpos dissidentes em instituições de ensino.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Diversidade.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as questões de gênero e sexualidade não eram debatidas no âmbito educacional, isto é, as práticas de opressão direcionadas às mulheres e as pessoas não alinhadas ao regime heteronormativo (hegemônico) que permeavam o cotidiano das escolas eram naturalizadas. Porém, a partir dos movimentos feministas (na década de 60 e 70), iniciaram-se, em âmbito mundial, problematizações no sentido de mudar tal cenário, fomentadas, principalmente, pelos movimentos sociais. No cenário acadêmico

¹ Professor Doutor da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, marcoatorres@ufop.edu.br;

² Mestrando (Mestrado em Educação/UFOP), edgar.barros@aluno.ufop.edu.br;

³ Mestrando (Mestrado em Educação/UFOP), leandro.henriques@aluno.ufop.edu.br;

⁴ Doutorando (Doutorado em Educação/UFOP), rubens.modesto@aluno.ufop.edu.br;

do Brasil, cabe destacar o crescimento da produção sobre as temáticas de gênero e sexualidade na área da Educação. “Na temática de gênero, sexualidade e educação formal, o crescimento foi de 16 estudos localizados em 1990 para 193 em 2004, o que representa 12 vezes mais” (VIANNA *et al.*, 2011, p. 342). No caso da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o grupo de pesquisa Caleidoscópio reuniu, nos últimos anos, estudos que abordam tal temática, articulando com o contexto escolar.

METODOLOGIA

Considerando tal produção e buscando articular as questões de sexualidade com as vivências e experiências típicas da escola, realizamos uma articulação com duas dissertações que buscaram discutir essas inquietações sob uma perspectiva do olhar docente: *Gênero e sexualidades no cotidiano escolar: olhar de docentes*, de Izabella Saraiva (2019) e *O que dizem os (as) Professores (as) acerca da Diversidade Sexual na Escola*, de Rafael Lara Bonfim (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de Izabella Saraiva (2019) apresenta apontamentos feitos por docentes em relação à gênero e sexualidades, buscando compreender como tal temática se apresenta na escola. Parte, por sua vez, do entendimento de que tal instituição se apresenta como produtora de subjetividades e que pode tanto agir no sentido de manutenção da exclusão (pela ausência de diálogo e silenciamentos), como também de transformação e mudança de postura sobre gênero e sexualidades, enquanto espaço de resistência.

Nesse primeiro momento, Saraiva (2019) apresenta:

Nesse contexto, pensar a escola requer compreender que ela é formada por vários sujeitos, de diferentes famílias, religiões, classes, idades, identidades de

gênero e orientação sexual. Demanda pensar que, no convívio com as permanências, estão as resistências e as subversões, que ali existe um quadro normativo, mas que ele é passível de mudanças, que a prevalência da pedagogia heteronormativa é posta em xeque pelos corpos e discursos que transgridem e resistem dentro desse espaço (SARAIVA, 2019, p. 75).

Partindo-se da compreensão de sexualidades em sintonia com um quadro normativo que traz a heteronormatividade como referência compulsória (BUTLER, 2003), a pesquisadora aponta o quanto a presença de sujeitos não alinhados a este quadro normativo pode se tornar alvo de vigilância, regulação e, até mesmo, punição no espaço escolar. A teoria da performatividade de Butler (2003) se torna referência no entendimento tanto de gênero como de sexualidades ao questionar o caráter estático e imutável do conceito essencialmente biológico de sexo, e ao enfatizar o quanto a performatividade, enquanto falha na reiteração das heteronormas, possibilita outras dimensões para além do quadro normativo hegemônico heteronormativo.

Nas verbalizações de docentes participantes da pesquisa, a escola é um local de experiências relacionadas à gênero e sexualidades, embora tal temática não seja destacada como pauta de diálogo e reflexões no âmbito institucional. O que se percebe é que as experiências dos sujeitos das escolas são observadas pelo olhar binário e a inteligibilidade se dá pelo alinhamento a tal noção, embora alguns docentes apresentem um olhar crítico em certas situações. Sobre a criticidade em relação à gênero e sexualidades, cabe destacar o quanto a naturalização do quadro normativo que regula nossos comportamentos e linguagens heterossexistas justifica tal dificuldade. Somada a este quadro hegemônico que nos regula, a ausência de espaços coletivos de diálogo sobre tal temática, parecem contribuir ainda mais para manutenção de um ambiente que entende as sexualidades dissidentes como corpos não inteligíveis, isto é, alvo de uma violência ética (BUTLER, 2019). Tal conceito parte do princípio de que existe uma ética que pressupõe a possibilidade de existir para alguns, alinhado à noção heteronormativa, em detrimento de outros.

É necessária a desconstrução de crenças e valores tidos como universais e verdades absolutas, que normalizam alguns e, ao mesmo tempo, marginalizam outros tantos sujeitos. Parafraseando Butler (2017a), o problema não é a existência de um universal que dita padrões de conduta, o problema é quando esse universal deixa de incluir as particularidades, quando ele não tenta incluir o que, até então, não faz parte do seu universo e, desse modo, se constitui naquilo que Butler (2017a) define como uma forma de violência ética. (SARAIVA, 2019, p. 82)

Na pesquisa, a ausência de diálogos sobre sexualidades na escola faz com que a abordagem seja feita de forma pessoal (não institucional). Nesse ponto, apesar de não ser articulado por Saraiva, cabe apresentar os apontamentos de Jeffrey Weeks (1999) sobre a relação do corpo e sexualidades. Partindo-se de uma visão de sexualidades como não inato/biológico, mas histórico, o corpo se apresenta como referência de ancoragem num contexto de possibilidades de sexualidades. Dessa forma, para além dos genitais, as manifestações relacionadas ao corpo (em linguagens e comportamentos subversivos), tornam-se motivo de vigilância e controle pela comunidade escolar. Partindo-se dessa compreensão, de visibilidade do corpo como protagonista na relação social ao longo da história, a inexistência de um debate institucional sobre sexualidades reduz as possibilidades de intervenção sobre determinadas situações ao olhar do docente. Trazendo isso para um contexto marcadamente heteronormativo, em que as chances de criticidade da comunidade escolar são reduzidas justamente porque há uma naturalização para situações de opressões aos que não se alinham à sexualidade hegemônica, temos um impasse. O problema estaria em reduzir a discussão sobre sexualidades na escola quando a situação estivesse posta de forma objetiva ou quando estivesse relacionada àqueles que apresentassem comportamentos ou linguagens não alinhadas a heteronorma. Tal situação de possibilidade de intervenção se mostra frágil, pois sexualidades não poderiam se prender a quadro de referência estático/normativo, muito pelo contrário. Assim, com base nesse entendimento, a teoria queer surge como possibilidade de articulação à educação. Partindo-se da noção de sexualidades como condicionada a história e relações sociais (e não exclusivamente a biologia), a pedagogia *queer* (LOURO, 2001) preconiza intervenções pedagógicas e institucionais que fomentam a criticidade sobre as verdades. Assim, partem do pressuposto que o olhar e a postura crítica sobre as naturalizações que impregnam nosso cotidiano seriam a melhor forma de garantir uma educação acolhedora para as sexualidades.

Rafael Lara (2016) investigou, em sua pesquisa, o que os/as professores/as pensam sobre seus saberes e fazeres no processo de socialização, ensino e aprendizagem dos/as alunos/as levando em consideração a diversidade sexual na escola, tendo como campo de estudo a E.E. Dom Velloso, em Ouro Preto - MG. A partir de entrevistas com docentes dessa escola, um dos apontamentos se aproxima dos resultados encontrados por

Saraiva (2019): o reconhecimento de que, atualmente, as questões de sexualidade alcançaram maior visibilidade, embora não seja discutida institucionalmente.

Sobre a ausência de diálogo sobre sexualidades no âmbito escolar, considera-se importante reforçar o quanto o silenciamento representa uma forma de posicionamento frente às discussões por sexualidades, como forma de se evitar polêmicas. Nesse contexto, as situações que podem suscitar discussões pouco harmônicas são entendidas como polêmicas. Um dos professores deixa claro tal silenciamento no seguinte trecho: “Apesar de ser importante discutir sobre diversidade sexual, Jean afirma que a escola e as pessoas não concretizam este tema para debate, revelando que, muitas vezes, os envolvidos no processo educativo são omissos em relação a esta discussão” (LARA, 2016, p. 83). Esse mesmo professor ainda apresenta o quanto a opressão se mostra presente no espaço escolar, apesar da ausência do debate. Esse fato corrobora para a constatação de que existe uma perpetuação sistemática do que poderíamos chamar de violência ética (BUTLER, 2017) nos contextos escolares considerados nesse trabalho (SARAIVA, 2019).

A presença de um quadro normativo heteronormativo na escola em que a pesquisa foi realizada se apresenta a partir de alguns indícios ditos pelos professores. Uma das professoras entende a diversidade sexual como presente em tal cenário por conseguir enxergar e nomear a presença de um grupo de alunos diferentes. A diferença aqui é colocada a partir de um referencial de normalidade que diz sobre grupo de pessoas heterossexuais que apresentam linguagens e comportamentos que não se alinham à noção hegemônica. Parte-se, dessa forma, mais na perspectiva do olhar, dos estereótipos, do que propriamente em encontrar formas e espaços de diálogos, considerando que a diversidade sexual nem sempre é tão visível aos nossos olhos. Tais apontamentos revelam o contexto escolar trazendo a perspectiva da diversidade sexual pelo prisma da identificação de alinhamento ou não à ordem heteronormativa hegemônica.

Uma das professoras faz uma sinalização importante sobre o papel da escola em promover diálogo sobre sexualidades, ao dizer que no ambiente familiar não há espaço para este tipo de diálogo. Essa ponderação se mostra relevante pois traz indícios de um reconhecimento da escola como instituição pública, isto é, cenário para pautar questões de ordem pública e que não pode restringir as imposições relativas a valores e costumes de instituições privadas (como a família).

A partir da explanação de alguns docentes, evidencia-se o silenciamento

como postura para se evitar polêmicas, mas também como consequência da sensação de

despreparo em abordar teorias que perpassam a diversidade sexual. “No entanto, os/as professores/as não possuem um conhecimento teórico sobre a concepção da diversidade sexual, bem como conhecimentos e demandas do movimento de LGBT, o que pode gerar um certo silenciamento para abordar estas questões na sala de aula” (LARA, 2016, p.86). Relacionando tal despreparo com a presença da homofobia na escola, este cenário se torna motivo de preocupação, pois interfere no processo de aprendizagem. Uma das professoras cita a presença de piadinhas dirigidas às pessoas que possuem orientação sexual diferente da heterossexualidade. Um dos pontos abordados pelo pesquisador está na não percepção dos docentes em relação à postura preconceituosa, quando, no recreio, compartilham com seus pares posicionamentos opressores como os demonstrados por alguns discentes. Nesse sentido, tal confirmação exemplifica o quanto o papel de professores como mediadores sociais de referência para tratar sobre questões de sexualidade são enviesados, uma vez que esses profissionais podem não ter a percepção de como suas atitudes contribuem para que as opressões se mantenham nos contextos escolares.

Assim, inseridas num contexto em que o discurso do direito à diferença e/ou a diversidade se faz muito presente, a escola se vê (a menos no discurso), propagando ideias que passem a noção de inclusão e respeito. O que se observa, a partir da leitura da pesquisa de Saraiva (2019), é que tal compromisso se dá sem uma problematização sobre as situações reais. O compromisso real em discutir situações de opressão no ambiente escolar envolve o compartilhamento de perspectivas pessoais, o que pode, na verdade, tornar público estratégias pouco efetivas ao lidar com o que se apresenta. Assim, o silenciamento sob discurso da inclusão se mostra mais presente, isto é, a perpetuação de um ambiente sustentado por um quadro normativo heteronormativo. A escola “sempre vai tentar mostrar que respeita as diferenças, mesmo que, na prática, isso não aconteça” (SARAIVA, 2019, p. 88).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe, a partir de tal constatação de não problematização das temáticas de sexualidades no contexto escolar, trazer elementos apresentados por Seffner e Pichetti

(2016) a respeito do espaço público e privado. Os autores problematizam o quanto a instituição família é historicamente valorizada como referência de formação dos sujeitos em detrimento de instituições representativas de espaço público (como a escola). Ao reforçar este ideal, a família, marcada por valores e costumes nem sempre alinhados às diversidades do espaço público, torna-se um espaço de formação restrita. Assim, os autores reforçam que seria a escola generificada e contemplada por situações sobre sexualidades, enquanto espaço público regulado por leis (e não por valores e costumes) este espaço de referência ideal de formação. Contemplando, por sua vez, diálogo sobre situações e vivências muitas vezes não alinhadas ao quadro normativo. “É tarefa da escola cuidar para que não se produzam situações de desigualdade e restrição de oportunidades de aprendizagem por conta dos marcadores de gênero e sexualidade e, ao fazer isso, a escola educa para a vida no espaço público, local onde o respeito pela diversidade – por vezes nomeado como tolerância – deve ser a regra” (SEFFNER e PICCHETTI, 2016, p. 66).

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 237p.

_____. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Trad. Rogério Bettoni. 1ed; Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LARA, Rafael Bonfim. **O que dizem os/as professores/as acerca da diversidade sexual na escola**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Rev. Estud. Fem. [online], v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

SARAIVA, Izabella Marina Marinho. **Gênero e sexualidades no cotidiano escolar : olhar de docentes**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2019.

SEFFNER, Fernando & PICCHETTI, Yara de Paula. **A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável?**. Reflexão e Ação (Online), v. 24, p. 61-81, 2016.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade**. In Guacira Louro (org.) O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



VIANNA, Cláudia Pereira et al. **Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006.** Educação & Sociedade [online]. 2011, v. 32, n. 115. pp. 525-545.